

**REVISTA**  
**PORTUGUESA**  
**de HISTÓRIA**

**tomo XXXI**

**Homenagem ao Doutor  
Salvador Dias Arnaut  
Volume II**



**COIMBRA 1996**  
**FACULDADE de LETRAS**  
**da UNIVERSIDADE de COIMBRA**  
**INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL**

## **O ANJO DA GUARDA DO MARQUÊS DE POMBAL**

JOSÉ ESTEVES PEREIRA  
(*Universidade Nova de Lisboa*)

Em 1775 saiu impresso na Régia Oficina Tipográfica um opúsculo apologético, de autor anónimo, intitulado PRECES E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA AO ANJO DA GUARDA DO MARQUEZ DE POMBAL. Sabemos hoje, sem margem para dúvidas, que foi escrito por Antonio Pereira de Figueiredo( 1725-1797), o principal teórico do regalismo pombalino. Não se trata de mais um dos inúmeros textos de desagravo surgidos na altura em que parece ter sido urdida uma conspiração para matar o Marquês de Pombal protagonizada por um genovês, Giambattista Pelle. De facto, o conteúdo do escrito do oratoriano Pereira de Figueiredo assume especial significado pela invocação que nele é feito do Anjo Custodio de Portugal, elemento simbólico da representação do poder enquanto este é assistido por Deus.

A circunstância que motivou o opúsculo, de carácter nitidamente oficial, prende-se, como já foi dito, com o atentado que se preparava tendo como alvo o todo poderoso ministro de D. José I. Antonio Pereira de Figueiredo avançou, porém, nas suas considerações panegíricas a certeza da cumplicidade dos jesuítas. Não será demais

sublinhar que a Companhia de Jesus estava já extinta pelo breve de Clemente XIV, *Dominus ac Redemptor*, de 23 de Julho de 1773 e, em Portugal, os seus religiosos tinham sido expulsos há perto de um quarto de século. Mas o processo político e mental era permanentemente avivado. Tenha-se em mente o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de 1771, onde aparecem consignados os vários “estragos” produzidos pelos inacianos. E assim, a par da autoria mais directa do atentado, realçava-se a pemiciosidade mortal dos jesuítas para a sociedade portuguesa. O genovês foi julgado sem qualquer possibilidade de defesa, sentenciado em 9 de Outubro de 1775 e imediatamente executado, na Junqueira, com requintes de crueldade, tendo sido os seus despojos queimados.

Este pequeno enquadramento dos acontecimentos torna-se necessário para uma melhor compreensão das *Preces e Votos*, como veremos.

Na argumentação, sem dúvida apologética, verifica-se o espelhamento simbólico de toda uma teorização e acção políticas e de uma bem definida cultura de poder centrada no Ministro de D. José, sobre cuja figura Pereira de Figueiredo não hesita em dizer que lhe assiste um Anjo Príncipe para bem do Paraíso da Europa, o Portugal pombalino. Já veremos de que maneira.

O estilo, exteriormente laudatorio, encobre uma apreciação rica sobre a *representação* do poder e, até, sobre a sua legibilidade mais popular, sem perder de vista o pano de fundo de uma teoria e prática políticas. Por isso mesmo, antes de irmos ao encontro do Anjo da Guarda do Marquês de Pombal, importa reter o seguinte. Em 1775, estamos no auge do exercício do poder pombalino, nas vésperas, também, de uma afirmação de Estado no contexto da política europeia, organizado que ia sendo o exército pelo Conde de Lippe. No plano jurídico, com a Lei da Boa Razão(1769), encontrara-se um instrumento essencial para interpretação e integração das lacu-

nas do direito pátrio. Além disto, o invocar da Razão, como expressão de poder esclarecido, toma um lugar crescentemente preponderante para reiterar a acção política<sup>1</sup>. Nas *Preces e Votos*, exprobando-se os jesuítas, se invocará o Altíssimo que vem denunciar as suas más acções, pois que “pertendem, e procuram com o último empenho, e esforço tirar a vida ao mesmo Marquez de Pombal, pelos modos mais astutos, mais cruéis, mais imprevistos; sem entretanto os refrear e coibir nem a santidade, e severidade das minhas Leis; nem os ditames da Razão Natural”<sup>1 2</sup>.

Mas, a racionalidade do poder que deve ser legitimada exige a sua sacralização e é neste contexto que a injunção da transcendência presente na pequena obra apologética de António Pereira de Figueiredo adquire mais significado.

Pombal, salvara-se por intercessão do seu Anjo da Guarda. Que Anjo da Guarda?

A tutela ou custódia do Anjo sobre os povos está presente na simbólica do Poder. A protecção divina estende-se a cada um dos homens, ou apenas aos eleitos, por intermédio de potências subordinadas à autoridade de Deus, que tanto pode favorecer os mortais como não. Esta protecção viria a estender-se, na fortíssima tradição paulina, aos povos e às nações. Aceita-se o apoio, ao mesmo tempo angélico e político, do exército divino que se dobra de mensageiro, na acepção mais colada à palavra grega *angelos* como expressão simbólica do poder espiritual, devendo acrescentar-se, ainda, o seu papel esclarecedor dos homens e das nações.

António Pereira de Figueiredo, o principal teorizador do regalismo

<sup>1</sup> Cfr. José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal—António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 118-121.

<sup>2</sup> *Preces e Votos da Nação Portuguesa ao Anjo da Guarda do Marquez de Pombal* Lisboa, Na Regia Officina Typografica, MDCCLXXV, p. 9.

pombalino, como já se disse, adverte-nos sobre a questão angélica que “E teologia certa, e corrente, que não só a cada homem, mas também a cada Reino, assinou a Providência de Deus um Anjo por Tutelar”<sup>3</sup>. Recorrendo ao Antigo Testamento afirma que “o Altíssimo dividiu as Nações e separou uns dos outros os filhos de Adão, logo, segundo o número das Regiões, e Províncias, destinou outros tantos Anjos de Deus”<sup>4</sup>.

A sacralização do poder que sucede à separação crescente do Sacerdócio e do Império, intensamente discutida, sobretudo a partir do século XVII — entre outras obras que nos interessam para esta questão refiram-se autores como Nicolau de Hontheim(Febrônio), Zeger van Espen e o próprio Pereira de Figueiredo — conduz a uma avocação acrescida de signos vinculadores de um exercício régio de fundamento jusdivinista.

Quanto à avocação simbólica, no texto de António Pereira de Figueiredo deparamos com uma formulação menos presa à teorização jurídica e jus-canónica do autor, hoje bem estudada<sup>5</sup>. Na legitimação sacralizadora do exercício do poder pombalino que transparece nas *Preces e Votos* aparece-nos, por um lado, a figura do soberano, D. José, o Segundo David e, por outro lado, de modo mais veemente, a mensagem do divino pela voz dedicada, pelo conselho íntimo propiciado pelo Altíssimo ao Marquês ao mesmo tempo que, implicitamente, se assegura a incolumidade do Ministro, mercê da bondade do espírito celestial:

“Trata-se da incolumidade, e segurança não de algum Homem inútil, cuja vida importe pouco à Republica, mas da incolumidade, e segurança de um Ministro, a quem eu com especial Providencia

<sup>3</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>4</sup> *Idem*, ib..

<sup>5</sup> Ver Zília Osório de Castro, *O Regcilismo em Portugal António Pereira de Figueiredo*, “Cultura — História e Filosofia”, VI (1987), pp. 357-411.

mandei ao Mundo, e escolhi nestes últimos tempos de tanta calamidade, e corrupção; para que estando ao lado de D. JOSÉ, Rei de Portugal, como seu primeiro Ministro; procurasse reparar os gravísimos danos, e estragos, que por espaço de dous séculos amontoou a malícia de uns Homens tão ingratos”<sup>6</sup>.

Mas, como identificar o anjo salvador e conselheiro?Pereira de Figueiredo interroga:

1 — Será o Grande Anjo (Génesis, III, 24) que expulsa Adão do paraíso proibindo-o com uma espada a nele entrar?<sup>7</sup> Logo o padre néri avança com algumas ilações. Se fosse tal potestade, simbolizaria, quiçá, a Espada da Razão e da Autoridade Régia. É interessante seguir o jogo metafórico. A acção régia josefino-pombalina, virtuosamente, expulsara os prevaricadores jesuítas transformando Portugal no Paraíso da Europa<sup>8</sup>. A este propósito não se pode esquecer o impacto europeu que teve a decisão de expulsar os jesuítas e a internacionalização das próprias teses regalistas pereirianasque mereciam especial atenção por parte das “Nouvelles Ecclésiastiques”, órgão jansenista<sup>9</sup>.

2 — Seria o Anjo do Exodo (XIII, 21) que conduziu pelo deserto o povo de Deus protegendo-o contra a inclemência do sol e abrindo-lhe o caminho, na Noite, como um facho<sup>10</sup>.

Talvez fosse concorde à acção pombalina este sinal do Anjo, já que Pombal ( *Cliente* do Anjo e da protecção divina) ia propiciando quer a construção (material) que abriga os súbditos, quer os ditames do poder (espiritual) esclarecido mediante leis iluminadas.

3 — Ou, em configuração mais aceite, de sentido neo-testamen-

<sup>6</sup>*Preces e Votos* cit., p. 10.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>8</sup> *Idem*, ib.

<sup>9</sup> Cfr. Zília Osório de Castro, *ob. cit.* pp. 375-377.

<sup>10</sup> *Preces e Votos* cit., p. 4.

tário, surgiria o Anjo de entre a celestial Milícia como Miguel, Rafael ou Gabriel?".

Pereira de Figueiredo suspende a sua indagação valorizando a própria ocultação do nome, mas não do poder da sua natureza, como veremos. A ocultação do nome aumenta para o admirador de Pombal o significado da injunção tutelar, a própria grandeza do arcano face ao eleito. O velamento propositado na inquirição exegética permite-lhe magnificar o Anjo, concluindo pois que para o Restaurador (magnânimo), Defensor (intrépido) e Herói (inigualável) só se revela adequada a protecção e a assistência única de um Anjo Príncipe, de um ARCANJO, passando o Padre Figueiredo, sem mais delongas, à estratégia de uma dúvida que prevemos vir a ser imediatamente esclarecida:

— “E quem pode duvidar ser um mesmo o Anjo Custódio de Portugal, e o Anjo Custódio do nosso Marquez?”<sup>11 12</sup>.

Ao lado da especulação angeliológica, Pereira de Figueiredo não deixará de lembrar vinte e cinco anos de “estupendas obras e acção de um magnânimo Rei e de um Magistério inspirado, guiado, favorecido, e protegido do invencível influxo e poderoso socorro de algumas das Celestiais Inteligências mais próximas ao lume inacessível da Divindade<sup>13</sup>. As Luzes da acção política reflectem, penso que sem margem para dúvidas, como já foi tratado, — entre muitas outras incidências interpretativas —, a Ilustração (ou as Luzes) de sinal cristão, apostado no acrisolamento espiritual, contemporâneo das interpretações teológicas e jus-canónicas oriundas das discussões sobre o sacerdócio e o império<sup>14</sup>. Encontramos, também, na representação de um poder directamente recebido de Deus, exercido no

<sup>11</sup> *Idem*, p. 5

<sup>12</sup> *Idem*, pp. 6-7.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>14</sup> Veja-se J. S. da Silva Dias, *Pombalismo e Teoria Política*, “Cultura — História e Filosofia”, I (1982), pp. 457-114; J. Esteves Pereira, *ob. cit.*, Parte II (pp. 87-175).

silêncio da consciência, o intimismo espiritual filo-jansenista.

As *Preces e Votos*, é bom não esquecer, são motivadas por uma ocorrência que tem sido motivo de distintas valorações, atendendo ao confronto das justificáveis razões de Estado ou da forma brutal como Sebastião José de Carvalho e Melo, em várias ocasiões, exerceu o poder. Mais tarde, em 1777, nas sátiras anti-pombalinas se havia de invocar, simbolicamente, a intervenção de “Maria” que resgataria Portugal da influência nefasta do demoníaco ministro<sup>15</sup>. De momento, nos fins do ano memorável de 1775, o Anjo falava a Pombal legitimando a expulsão dos jesuítas. A negação total de presuntivas virtudes da acção dos filhos de Loiola permitem a emergência, em luminoso contraponto, de uma sociedade perfeita e realmente cristã, ou seja, aquela que foi disposta pelo pombalismo e aceite por quase todos os seus súbditos. Quase. É que há um índice de auto-exclusão da sociedade que se identifica, *totum*, com os jesuítas que, certamente, não merecem participar do canto colectivo redizendo o salmo 90 (91), o salmo do poder abençoado<sup>16</sup>. Por esse facto, o Padre Pereira de Figueiredo reforça, de seguida, a perigosidade jesuíta:

“E vós, ó Homens perdidos, Homens abandonados ás depravações da raiva, e da desesperação, que importa que procurásseis encobrir-vos com as sombras da noite, e do engano se o dedo da Providência vos está mostrando pelos públicos Factos autorizados na Sentença de nove de Outubro deste presente ano: Que vós fostes os verdadeiros Réus da abominável conjuração, que a Suprema Junta da Inconfidência mandou castigar na Pessoa do malvado Monstro João Baptista Pelle?”<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> “Mas já Maria se vê/livrá-lo de tanto mal/e teu pescoço infernal, /pisar com seu próprio pé”. (B. U. C, Ms. 394, fL 208) cit. in J. J. Carvalhão Santos, *Literatura e Política. Pombalismo e Anti-pombalismo*, Coimbra, Minerva, 1991, p. 113.

<sup>16</sup> *Preces e Votos* cit., pp. 11-12.

<sup>17</sup> *Idem*, pp. 12-13.

A “certeza” de Pereira de Figueiredo, *sufficiēti partium enumeratione*, sobre um acontecimento e processo que, aliás, ficaria por explicar, para sempre, em todos os seus detalhes e implicações interessa-nos, acima de tudo, pela interpretação dos acontecimentos caucionados pelo Poder. No preciso momento em que se dava a apoteose do pombalismo, em 6 e 7 de Junho de 1775, com a inauguração da estátua equestre e a incrustação do medalhão do Marquês de Pombal no pedestal, (sem nos importar referir, também, o muito que custou a apoteose aos lisboetas), no momento em que festivamente irrompia o carro representando o Templo da Imortalidade, no dia “mais fausto e plausível” que tinha acontecido à Corte de Lisboa, afirma-se a *cidade perfeita* assistida pela Suprema Providência. Nestas circunstâncias era possível, finalmente, a Redenção do Género Humano frente à falsa redenção *de todos* como se depreenderia de um bilhete comprometedor visando a eliminação de Carvalho e Melo e que constava do processo de Pelle.

“Se pois se prescindir da vossa Sociedade, qual outra se achará em toda a Corte de Lisboa, e em todas as Províncias do Reino de Portugal, que tenha o Marquez de Pombal por seu inimigo em comum? Qual outra, a que o repute por Tirano? Qual em todas as Ordens do Clero Regular aquela, que se ache na urgência de procurar persuadir desde o abatimento da agonia, que a sua Religião não morre, como a vossa morreu, depois que foi extinta?”<sup>18</sup>.

A leitura de cunho religioso, expressa num discurso de sacralização do poder pombalino, como aconteceu em tantas outras expressões do absolutismo esclarecido europeu, significava a aproximação a uma laicização do Estado e a um discurso racionalizador e protector do próprio sagrado. E neste sentido que podemos entender a contiguidade da acção punitiva, reiteradora do Estado, com o perma-

<sup>18</sup> *Idem*, p. 15.

nente apelo às acções de graças, reparadoras das consequências previsíveis da acção criminosa de Pelle e dos cúmplices (?) que o réu não delatou. Em termos de imaginário colectivo, a afirmação regeneradora de uma sociedade ameaçada já se manifestara, antes, pela festa que durou vários dias, a fim de comemorar a implantação da estátua equestre de D. José I “com toda a grande parte Popular das duzentas mil Pessoas, que enchiam a Real Praça do Comércio”<sup>19</sup> por onde circularam os carros alegóricos Templo da Eternidade, Portugal Triunfante, além do de Apoio e de Oceano e Tétis.

Do lugar em que o Padre Pereira de Figueiredo, porventura, poderia observar o Rei já doente e melancólico, era de toda a conveniência esperar que o Arcanjo da Guarda de Portugal fosse o Arcanjo da Guarda do Marquez de Pombal, protegendo o exercício do poder absoluto, para além das circunstâncias, isto é, mercê do bom uso da razão natural, da “boa razão”, premiada em todos os momentos pela disponibilidade, pela eleição da Potência tutelar e conselheira. *Razão* e *Providência* e não a leitura que, por vezes, anacrónicamente se faz de contornos secularizados, é o lema-chave da compreensão do projecto pombalino definido pelo seu melhor e mais acreditado teorizador. A Razão e o Anjo, portanto.

Para concluir, deve-se entender, ainda, que o auto-panegírico do Poder, composto pelo teorizador regalista António Pereira de Figueiredo, reflecte um projecto político que se afirma pela diferença e pelo exorcizar de toda e qualquer força desestabilizadora, isto é, a diferença que é possível construir pela Razão, sem dúvida, mas também através da protecção angélica garante da incolumidade do Ministro e da Nação Portuguesa.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 14.